

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
MESTRADO PROFISSIONAL**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

**RELATÓRIO TÉCNICO: DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA DA FALTA DE
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE ITAQUI**

LEANDRO DE ALMEIDA SERRES

**São Borja - RS
2022**

LEANDRO DE ALMEIDA SERRES

RELATÓRIO TÉCNICO: DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA DA FALTA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE ITAQUI

Relatório Técnico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Domingos Sávio Campos de Azevedo

**São Borja - RS
2022**

LEANDRO DE ALMEIDA SERRES

RELATÓRIO TÉCNICO: DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA DA FALTA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE ITAQUI

Relatório Técnico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Relatório técnico defendido e aprovado em: 25 de março de 2022.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Domingos Sávio Campos de Azevedo
Orientador
(Unipampa)

Prof. Dr. Muriel Pinto
(Unipampa)

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero
(Unipampa)

Prof. Me. Rodrigo Ferreira Maurer
(14ª CRE)



Assinado eletronicamente por **DOMINGOS SAVIO CAMPOS DE AZEVEDO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/05/2022, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **RONALDO BERNARDINO COLVERO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/05/2022, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Rodrigo Ferreira Maurer, Usuário Externo**, em 12/05/2022, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **MURIEL PINTO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 12/05/2022, às 19:13, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0786240** e o código CRC **4EC7BEB8**.

AGRADECIMENTOS

Aos professores, colegas de caminhada, minha família, tanto de sangue quanto de coração e, em especial dedico para minha esposa e filha, por todo o incentivo e torcida para que tudo desse certo.

RESUMO

Este relatório traz discussões sobre o diagnóstico do problema público da falta de cuidados com o patrimônio cultural Itaquense, realizando uma análise detalhada dos patrimônios existentes, materiais ou imateriais, sendo entendidos como parte fundamental da estrutura social e cultural do município.

Posteriormente, ocorreu a delimitação da área estudada conforme suas contribuições para a organização das políticas públicas de revigoramento da cultura histórica de Itaquí.

Ao delimitar o espaço, usou-se o conceito de paisagem cultural, no qual foi escolhido o centro da cidade e seus principais pontos de cultura e memória afetiva, de acordo com dados coletados em visitas nestes espaços.

Palavras-chave: Diagnóstico, Políticas Públicas, Paisagem Cultural, Patrimônio, Itaquí

ABSTRACT

This report brings discussions about the diagnosis of the public problem of the lack of care for the cultural heritage of Itaquense, carrying out a detailed analysis of the existing heritage, material or immaterial, being understood as a fundamental part of the social and cultural structure of the municipality.

Subsequently, the delimitation of the studied area took place according to its contributions to the organization of public policies to reinvigorate the historical culture of Itaquí.

When delimiting the space, the concept of cultural landscape was used, in which the city center and its main points of culture and affective memory were chosen, according to data collected in visits to these spaces.

Keywords: Diagnosis, Public Policies, Cultural Landscape, Heritage, Itaquí

RELATÓRIO TÉCNICO: DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA DA FALTA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE ITAQUI.

DESTINATÁRIO:

Tomador de decisão da prefeitura Municipal de Itaqui.

NOME DO ANALISTA:

Leandro de Almeida Serres



FICHA DE ANÁLISE

NOME DO ANALISTA:

Leandro de Almeida Serres

DATA DE INÍCIO DO RELATÓRIO:

26/04/2018

DATA DE TÉRMINO DO RELATÓRIO:

25/03/2021

DESTINATÁRIO:

Para Secchi (2016), os possíveis destinatários do relatório técnico podem ser o tomador de decisão, a mídia, os grupos de interesse que querem utilizar as informações para tentar influenciar os tomadores de decisão sobre uma determinada política pública ou simplesmente o público em geral. No caso deste relatório, o destinatário prioritário é o tomador de decisão da prefeitura municipal de Itaqui.

SÍNTESE DO PROBLEMA PÚBLICO:

A inação dos atores políticos, estatais e não estatais, no sentido de preservar o patrimônio histórico-cultural de Itaqui, que pode gerar o desenvolvimento local se for preservado ou pode desaparecer se não for preservado.

ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO LEVANTAMENTO:

O município de Itaqui foi criado através da Lei Provincial nº 419, de 06 de dezembro de 1958, época em que Itaqui foi desmembrada do município de São Borja. Nessa época a população da vila era de aproximadamente quatro mil habitantes, com área total de 3.406 km². No último censo apresentava uma população de 38.159 (IBGE, 2010) e hoje tem sua população estimada em 37.620 habitantes (IBGE, 2019).

Situa-se às margens do rio Uruguai, divisa entre Brasil e Argentina, sendo esse um dos atrativos turísticos do município. Fica distante a 680 km de Porto Alegre, capital do Estado e seus principais acessos são pela BR 472 e RS 529 e é pertencente a região da Campanha Ocidental, microrregião de planejamento do COREDE Fronteira Oeste. O âmbito de aplicação do levantamento é o perímetro urbano do município de Itaqui.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO LEVANTAMENTO:

Área central do município de Itaqui, definida como paisagem cultural o entroncamento das ruas Bento Gonçalves e Independência (Sentido Norte/Sul) e Euclides Aranha e João Dubal Goulart (Sentido Leste/Oeste).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE O RELATÓRIO	13
3. ANÁLISE DO PROBLEMA PÚBLICO	15
3.1 AMPLITUDE	15
3.2 INTENSIDADE	16
3.3 TENDÊNCIA	16
3.4 ANÁLISE DA ORIGEM HISTÓRICA DO PROBLEMA	17
3.5 ANÁLISE DO QUADRO ATUAL DO PROBLEMA	19
3.6 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	27
4. LEVANTAMENTO DO PATRIMÔNIO DA PAISAGEM CULTURAL DO CENTRO DE ITAQUI	31
4.1 INFORMAÇÕES PRINCIPAIS SOBRE O LEVANTAMENTO	31
4.2 PERFIL DO LEVANTAMENTO	31
4.3 LEVANTAMENTO HISTÓRICO-CULTURAL DA PAISAGEM CULTURAL DO CENTRO DE ITAQUI	32
4.4 LEVANTAMENTO DOS BENS CULTURAIS	35
5. PATRIMÔNIOS CULTURAIS MATERIAIS: ITAQUI – ENTORNO DA PAISAGEM CULTURAL	39
6. PATRIMÔNIOS CULTURAIS IMATERIAIS DESENVOLVIDOS NO ENTORNO DA PAISAGEM CULTURAL	44
7. APONTAMENTOS FINAIS	47
8. REFERÊNCIAS	49
9. ANEXOS	51

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório técnico está sendo apresentado ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas – Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção da Titulação de Mestre em Políticas Públicas e está vinculado à linha de pesquisa 02, através das configurações institucionais e dinâmicas sociais em áreas de fronteira.

Consiste em apresentar um diagnóstico do problema público da falta de preservação do patrimônio cultural do município, bem como suas implicações negativas para o desenvolvimento social, econômico, educacional e cultural, desprovendo a sociedade itaquense de laços que a liguem ao seu passado histórico. O estudo evidencia a importância do levantamento de informações sobre os estudos em torno do patrimônio cultural local, como resgate das Identidades, da Memória, do Pertencimento e do fomento à Políticas Públicas e Organização de demandas acerca do revigoramento cultural de Itaqui e incremento do potencial turístico em torno desses patrimônios.

Enquanto espaço destinado para a implementação dos estudos e, posteriormente, fomento de políticas públicas de revigoramento e valorização destes Patrimônios, surge a paisagem cultural como conceito base para a organização das pesquisas e, conseqüentemente, alocação de esforços para construção deste relatório.

A compreensão do cenário cultural do município de Itaqui, enquanto um espaço bastante promissor, porém inexplorado, aliado à inoperância do Poder Público neste contexto, trouxeram diversas inquietações e desafios que, pouco a pouco, foram se transformando em ideias e anseios de colaborar com a melhora da condição sociocultural da sociedade itaquense.

2. INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE O RELATÓRIO

Para Secchi (2016), um problema público é aquele que afeta uma grande quantidade de pessoas pertencentes a uma determinada comunidade política. Neste sentido, a falta de aproveitamento do potencial de desenvolvimento local do patrimônio histórico-cultural de Itaqui, pode ser considerado um problema público pois afeta toda a população desta cidade. Mas para além da quantidade, este problema afeta negativamente o desenvolvimento econômico da cidade, afetando assim tanto os grupos que não possuem força política, por não possuírem recursos e/ou capacidade de organização; até os grupos que contam com capacidade de influência na formação da agenda governamental municipal.

Os objetivos deste Relatório Técnico são: A) -Definir se a falta de preservação do patrimônio histórico-cultural de Itaqui é um problema público e B) - contribuir para a formulação de uma política pública de preservação do patrimônio histórico-cultural de Itaqui, se este for um problema público.

Adotamos para este relatório técnico as indicações de Leonardo Secchi para a construção do mesmo. Para Secchi (2016), quanto ao estilo, o relatório técnico deve ser objetivo, amigável e analítico. Sendo assim, é indicado que os verbos sejam utilizados na 1ª pessoa. Ainda para o mesmo autor e mesmo ano, o relatório deve ter de 10 a 50 páginas. Para Secchi (2016) “A preocupação básica do texto é com a precisão e utilidade prática dos conhecimentos gerados”.

Política pública tem como finalidade para Secchi (2016, p.05), “o enfrentamento, diminuição e até mesmo a resolução do problema público.” E ainda para o mesmo autor e mesma página, política pública “é um conceito abstrato que se materializa com instrumentos concretos como, por exemplo, leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviços, subsídios, impostos e taxas, decisões judiciais, entre muitos outros.” Para Dye (1972, p. 1), “tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer.

Problema público para Secchi (2013), “é usualmente definido como sendo a diferença entre a situação atual e a situação ideal.” Ainda para Secchi (2016), a análise do problema é feita em quatro etapas: 01) -diagnóstico da origem do problema, do seu histórico e dos quadros político, econômico, sociocultural e jurídico-legal; 02) -diagnóstico de quantas pessoas serão atingidas e do seu perfil; 03) -diagnóstico da intensidade do problema e por fim, 04) -diagnóstico da tendência do problema, verificando o passado e projetando o futuro.

Utilizamos o modelo de Estrutura do Relatório de Análise de Política Pública, desenvolvido por Leonardo Secchi (2016), no capítulo 6 - Relatório de análise de políticas públicas: estruturação da recomendação, acrescentamos um novo item após o item 2) - Ficha de Análise, chamado de Informações Básicas sobre o Relatório, mas não realizamos os itens 3) -Resumo Executivo; 5) - Análise das

Soluções; e 6) - Recomendação, já que este relatório se restringe à Análise do Problema. Esta adaptação foi feita em conjunto pelo orientador e pelo orientando tendo em vista o objetivo deste relatório técnico.

A nova ordem dos itens ficou a seguinte: 1) - Capa; 2) - Ficha de Análise; 3) - Informações Básicas sobre o Relatório; 4) - Resumo Executivo; 5) - Análise do Problema e 6) - Referências. No que se refere aos subitens, também foram readequados ao levantamento que vou apresentar no final deste relatório

3. ANÁLISE DO PROBLEMA PÚBLICO

3.1 AMPLITUDE

Em políticas públicas, segundo Secchi (2013), todas as organizações, grupos ou indivíduos que participam de alguma maneira da arena política são considerados atores no processo de políticas públicas, sejam eles governamentais ou não governamentais. Segundo Frey (2000), a arena política refere-se aos processos de conflito e de consenso dentro das diversas áreas de políticas setoriais”.

No caso deste relatório, os atores que são atingidos pelo problema são grupos de pressão constituídos voluntariamente, temos um grupo composto pelos que valorizam o patrimônio histórico-cultural de Itaquí. Grupo de Pressão ou de interesse é para Secchi (2013, p. 87), “um grupo de pessoas organizadas voluntariamente que utiliza recursos

Para além dos grupos de interesse citados anteriormente, temos a população de Itaquí, que mesmo não entendendo assim, perde uma oportunidade de compreender melhor a importância do seu passado; além de perder também a oportunidade de ser incluída num ciclo de desenvolvimento econômico com geração de emprego e renda. A população de Itaquí é um grupo não coordenado de atores. Todos os atores citados antes, correm o risco de serem atingidos por este problema no futuro se ele não for resolvido.

O problema afeta toda a população de Itaquí, mas pesa mais sobre a parcela da população mais desfavorecida economicamente, que poderia ser beneficiada por um número maior de empregos e oportunidade de renda ofertados na cidade. É importante ressaltar que um ciclo de desenvolvimento econômico, neste caso local, é benéfico para todos independente de sua classe social.

O efeito direto do problema nas classes mais pobres é o desconhecimento do valor do patrimônio histórico-cultural da cidade onde moram e conseqüentemente o desconhecimento do potencial econômico para o seu desenvolvimento enquanto atores sociais; já o efeito indireto do problema nas classes sociais mais desfavorecidas economicamente é a potencial inexistência de um ciclo de crescimento econômico capaz de gerar emprego e renda para aumentar o seu padrão de vida e o seu poder aquisitivo.

Com relação às classes sociais mais privilegiadas o efeito direto do problema é a manutenção de uma situação econômica que desfavorece o potencial crescimento de seus negócios, tendo como efeito indireto a manutenção de uma baixa capacidade de consumo por parte daqueles cidadãos que movimentam a economia local. Os efeitos descritos anteriormente com relação às classes com

pouco poder aquisitivo, se concentram nos bairros da periferia, já os descritos sobre as classes mais privilegiadas ocorrem no centro e nos bairros nobres.

3.2 INTENSIDADE

Aqui eu, enquanto analista de política pública, trago os meus valores e princípios para o diagnóstico da intensidade absoluta deste problema. A falta de preservação do patrimônio histórico-cultural elimina uma maior possibilidade de emancipação individual dos cidadãos de Itaqui e pode prejudicar a sustentabilidade econômica deste município.

Esse problema é mais grave com relação a outros problemas de Itaqui, pois ele pode contribuir de maneira significativa para deixar de aumentar o acesso da população à saúde, educação, transporte, entre outros; e uma possível redução da sua qualidade de vida.

3.3 TENDÊNCIA

Este problema pode se intensificar na medida em que o patrimônio sem conservação vai se depreciando e assim perdendo a sua a sua condição de potencial promotor do desenvolvimento econômico local. Quanto à tendência, o problema da falta de preservação do patrimônio histórico-cultural de Itaqui é um problema público que se agrava de forma contínua e crescente ao longo do tempo.

Tomando-se por base a Obra “Dicionários Socioeconômicos de Municípios fronteiriços do Rio Grande do Sul” (CEEINTER, 2020) desenvolvida em conjunto pelos alunos do mestrado em Políticas Públicas da Unipampa, Campus São Borja, Itaqui possui uma secretaria de cultura agrupada às secretarias de esporte e lazer. Não possuem dados específicos sobre ações educacionais pertinentes à aproximação entre a sociedade e seus bens patrimoniais. Apenas contam dados sobre o município possuir turismo histórico, natural, cultural e gastronômico”, e informações sobre os pontos turísticos e os eventos que envolvem patrimônios imateriais da cidade, como os “festivais”.

De acordo com a secretaria municipal de Cultura, esporte e lazer, Itaqui possui ações voltadas para eventos no entorno da paisagem cultural do centro da cidade, mais especificamente no Teatro Prezewodowski e praça Marechal Deodoro, tendo como exemplos a Casilha da Canção Farrapa, o Festival Itaquense de Teatro e o Dança Comigo Itaqui. Para tanto, é imprescindível que o município possua dados para fomentar políticas públicas de preservação do patrimônio e desenvolvimento cultural e econômico.

3.4 ANÁLISE DA ORIGEM E HISTÓRICO DO PROBLEMA

Até 1928 havia a Sociedade Anônima Theatro Prezewodowski que administrava o mesmo, advindo mais tarde a decadência, sendo alugada para um cinema, da tradicional família Contursi. Tinha um palco cuja estrutura permitia que ficasse ao nível da plateia, com camarotes e a famosa galeria. Com a falta de cuidados e abandono de sua estrutura, foi sofrendo uma degradação ao longo do tempo, perdendo completamente sua estrutura interna.

Já o Mercado Público Municipal, inaugurado em 7 de setembro de 1909, com obra assinada pelo renomado arquiteto Paschoal Minoggio, filho de imigrantes italianos, tratava-se da maior obra já construída no município.

Com o declínio do comércio via rio Uruguai com os países platinos, e com o surgimento do porto de Rio Grande, o intercâmbio comercial foi totalmente desarticulado, perdendo assim sua utilidade. Do ponto de vista doméstico, a cidade foi avançando e fugindo das margens do rio, assumindo outras formas de transação comercial com grandes casas de manufaturados e empórios mais sortidos, de preços mais compatíveis. “O Mercado, então, foi definhando, deixando de ser uma referência para os produtores de riqueza transacionarem de forma eficaz o produtor”. (AGENDA 150, p.54).

“No ano de 2003 foi aberto concurso público de reabilitação do Mercado Público com 73 arquitetos inscritos, premiando com quinze mil reais aos vencedores. No dia 16 de agosto do mesmo ano, foi previsto, em ato solene com ampla divulgação na imprensa. Nada foi feito para a restauração desse importante prédio público de exacerbada influência histórico cultural, um marco na produção econômica do município e um referencial significativo da arquitetura itaquense. O prédio está tombado pelo patrimônio histórico e artístico desde o ano de 2002, mas encontra-se em total destruição”. (AGENDA 150, 62 e 63).

No caso de Itaquí, o problema público em questão já aparece perceptível através da constituição de movimentos sociais por parte de grupos voluntários de atores não governamentais, que agem por mero interesse nas questões culturais, mas que nunca chegaram ao ponto de expressar, de forma mais objetiva, as potencialidades culturais que a cidade possui através da valorização dos seus patrimônios culturais. Movimentos Sociais são para DIAS (2012, p. 58), “grupos de ação com um objetivo determinado e que tem uma existência limitada no tempo, têm caráter temporário, permanecem ativos até atingir os objetivos a que se propuseram quando foram constituídos”.

As tentativas de reorganizar estes patrimônios materiais, partiram destes grupos que, através de ações voluntárias começaram, pelo prédio do Mercado Público, que não faz parte do levantamento aqui proposto, uma mobilização de resguardo e valorização da história deste local, mesmo este não oferecendo condições de visitação. Por outro lado, em quase duas décadas enquanto educador, percebi que Itaquí, no decorrer desse tempo, estava em um movimento

de desvalorização e esquecimento das questões que se referiam a preservação do seu patrimônio histórico-cultural. Eventos, festivais e momentos de integração entre a comunidade e seus patrimônios foram se tornando cada vez mais esporádicos. A questão aqui analisada é um problema de risco de desaparecimento deste patrimônio.

Um acontecimento que deu ênfase a este problema foi a criação de um Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - PPGPP/Mestrado Profissional, por parte da Unipampa - Universidade Federal do Pampa - campus São Borja, que como uma comunidade epistêmica, se tornou um ator político governamental importante na arena política não só de Itaqui, mas de toda a região de atuação desta universidade. Também eu, como gestor de políticas públicas, fui um ator político a dar ênfase a este problema, tanto como professor de história da rede pública municipal e estadual, como também enquanto aluno deste mestrado.

Esse problema da necessidade de preservação do patrimônio, é similar em um grande número de países, como em Roma na Itália e Atenas na Grécia, em vários estados do Brasil, como em São Luís no Maranhão e Ouro Preto em Minas Gerais e também em outros municípios do Rio Grande do Sul, como Pelotas, Santo Ângelo e São Miguel.

Não houve nenhuma tentativa de enfrentamento do problema por parte do poder público municipal. Houveram tentativas isoladas e num âmbito restrito por parte da sociedade civil organizada, que não geraram resultados objetivos. Diversos foram os motivos dessas ações não se efetivarem. Podemos destacar a pequena parcela da sociedade envolvida no processo, e a não inclusão dessa pauta nas agendas governamentais principalmente do município, como a não criação de setores exclusivos ou especializados na estrutura institucional da prefeitura, para tratar dessas questões.

Não menos importante, convém destacar também a falta de inserção de temáticas relacionadas ao patrimônio na formulação dos currículos escolares, que se efetivada, traria o conhecimento mínimo e fundamentação teórica para que, no decorrer do tempo, os atores da sociedade civil entendessem e trouxessem a pauta do problema público da preservação do patrimônio para as suas vidas e, conseqüentemente, para a agenda política e o convívio social.

A inexistência histórica de uma secretaria, subsecretaria ou departamento de patrimônio na estrutura institucional da prefeitura de Itaqui é uma evidência da inação do poder público municipal. As evidências da inação governamental ainda estão explícitas no péssimo estado de conservação de alguns dos bens em questão, tomando como exemplo, o prédio do antigo mercado público.

Estes bens patrimoniais em questão não recebem, há décadas, nenhum tipo de proteção ou cuidado por parte do poder público, mesmo aquelas em contínuo funcionamento, como é o caso da Igreja Matriz de São Patrício, que nunca sequer uma pintura recebeu por parte da Igreja Católica, apresentando-se ainda com o

reboco original de sua fase final de construção, e da praça Marechal Deodoro, que apresenta problemas quanto sua preservação física, como calçadas e estacionamento mal conservadas e, por fim, a falta de manutenção com relação aos danos causados pelo tempo.

Com o passar do tempo, foi ficando evidente o descaso com o patrimônio. Num viés da estética urbana, a grande depreciação dos bens culturais materiais e, na questão do imaginário da sociedade, os bens culturais imateriais vão caindo no esquecimento, tomando para Itaqui o triste legado de “cidade do já teve”. Os conhecimentos destes bens ficaram só no esquecimento, haja visto que a parcela da sociedade que os conhece e valoriza vai, aos poucos, deixando de existir e não vão ficando registros dessas lembranças.

Tal esquecimento fortalece cada vez mais a gravidade desse problema público que envolve os patrimônios itaquienses, pois restam hoje cerca de 4 ou 5 pessoas que trabalham pela sua preservação, sem contar que essa dedicação não conta com nenhum incentivo por parte do poder público ou da iniciativa privada.

3.5 ANÁLISE DO QUADRO ATUAL DO PROBLEMA

SITUAÇÃO POLÍTICA

A sociedade civil organizada representada pelas várias instituições que em algum momento do passado tentaram atuar no sentido de resolver o problema. Percebe-se, no Rio Grande do Sul, uma crescente preocupação com a revitalização destes bens públicos, para fomentar um novo nicho de mercado, que é o turismo histórico ou patrimonial. A sociedade civil organizada são grupos coordenados de atores. São exemplos de atores em políticas públicas para Secchi (2013), as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais.

Cidades da região da Serra Gaúcha trabalham com mais eficiência com estes elementos de ordem cultural, que visam associar a história dos lugares com ferramentas de atração turística, agregando emprego, renda e visibilidade destes locais no cenário nacional e internacional. Estes atores desempenharam o papel de dar visibilidade ao problema e tentar resolvê-lo. Mas também dão invisibilidade ao problema quando deixam de existir.

O poder público municipal negou o problema até aqui. Aos demais bens públicos, não se tem um órgão responsável por desenvolver ações contínuas de preservação, visitação ou restauro, estando estes à mercê do tempo e da crescente depreciação que eles vêm enfrentando. A educação para o patrimônio sempre foi uma carência em nossa política pública de educação. Temáticas tratando de nossos bens nunca foram pautas nas escolas públicas e privadas, fazendo com

que, ano após ano, nossos bens patrimoniais estivessem fadados ao esquecimento e total abandono.

E na outra ponta deste problema está o Poder Público Municipal, que nada faz, pois na estrutura administrativa da prefeitura de Itaqui, a partir de um levantamento realizado por mim, nunca houve uma secretaria ou um departamento focado no patrimônio histórico de Itaqui. A ação política a bastante tempo não é voltada para uma ação de crescimento cultural.

Educação e cultura sempre estiveram presentes na agenda eleitoral em período de eleição, mas após o pleito, desaparecem e o maior potencial que os atores governamentais desenvolvem é o de criar estratégias para sua reeleição e sua perpetuação no poder. O poder público municipal é o ator político mais preparado em termos de capacidade financeira, pessoal e infraestrutura para implementar uma política pública de preservação do patrimônio histórico-cultural de Itaqui.

Questões de patrimônio, principalmente material, apresentam uma certa dificuldade em ingressar na agenda política dos governos, pois demandam um significativo aporte financeiro. Tal fato se dá também, pela enorme dificuldade na elaboração de projetos e encaminhamentos para sua preservação, tombamento ou restauração, por ser uma tramitação lenta e que requer um corpo técnico especializado, o que onera os cofres públicos, e também o fato de o ciclo de uma eventual política pública, quase nunca se encerrar em uma mesma gestão, o que faz com que estas ações percam apelo eleitoral. Para Dias (2012), a agenda política é uma lista de prioridades de atuação por parte dos atores políticos estatais, envolvidos com a resolução de problemas públicos.

Já as questões que tangem os patrimônios imateriais são de mais fácil acesso, pois requerem lançamento de editais e veiculação na mídia como atrativos para a população. Porém, em uma sociedade onde o poder encontra-se concentrado nas mãos de uma elite vinculada à produção primária, não está ocorrendo uma parceria com as entidades culturais para o incentivo da preservação de bens destas naturezas.

Os pontos em desacordo entre os atores envolvidos estão, a partir da análise da sociedade, principalmente na falta de ação política e incapacidade de associar a questão do patrimônio com o aumento da arrecadação de impostos para o município. A sociedade não consegue enxergar o viés econômico que essas ações podem agregar na melhoria de sua qualidade de vida. O poder público, por sua vez, não toma a iniciativa em criar estratégias para dar uma melhor atenção ao problema público, também não conseguindo enxergar, num médio prazo, os benefícios que poderão vir a trazer para a sociedade.

A iniciativa privada, é a menor interessada em concentrar esforços para solucionar as questões, pois as desconhece e não se sente parte do problema público, pois quando se estabeleceu na cidade, o patrimônio já estava na situação

de depreciação e, portanto, não entende ser ela a responsável em resolver o problema, mesmo que sem saber, seja ela uma das maiores beneficiadas com a potencial exploração econômica do mesmo.

Quanto aos recursos para a solução do problema, a prefeitura poderia criar um currículo escolar que reconhecesse e valorizasse os temas relacionados aos bens culturais de origem material e imaterial a partir da educação patrimonial. Também a prefeitura, em conjunto com a câmara de vereadores, poderia desenvolver a criação de um setor específico para a produção cultural, já que ela tem pessoal que pode ser realocado, desenvolvendo projetos e captando recursos para investir na preservação do patrimônio. Compor um corpo técnico especializado em realizar essas atividades, contando com pessoas especializadas do seu próprio quadro de pessoal, sem onerar o erário público.

Enfim, diversos outros atores políticos do município, como o mercado e a sociedade civil organizada, poderiam criar e gerir ações de solução do problema, formando uma rede de atores de políticas públicas, estatais e não estatais, com o objetivo de combater o descaso com os bens culturais, além de criar projetos, trazendo investimentos para o município e contribuir para a conscientização da sociedade sobre a importância da preservação do patrimônio histórico-cultural.

Assim, o poder público municipal tem o recurso de gestão política que o faz capaz de liderar uma rede de governança local que seria responsável por administrar e promover este patrimônio. Governança local, segundo Dias (2012), “se refere a um sistema de governo em que a inclusão de novos atores sociais é fundamental, por meio do desenvolvimento de um conjunto de organizações públicas (estatais e não estatais) e organizações privadas”. Dentro desta rede, os empresários, que produzem riqueza e têm mão de obra e a sociedade civil organizada com o recurso do trabalho voluntário, aumentando assim a quantidade de recursos materiais, financeiros e de pessoal para o enfrentamento deste problema.

Nenhuma coalizão de atores foi formada para enfrentar o problema. Uma coalizão de atores políticos, muitas vezes em disputa com outras coalizões, compõe o subsistema que integra uma determinada política pública, e para Jenkins-Smith et al apud Rodrigues, Sobrinho e Vasconcellos (2020), estes atores da política atuam e se organizam em coalizões, mediante suas crenças e recursos. Estes atores definem estratégias para influenciar as decisões governamentais (regras institucionais, alocações de recursos, nomeações), bem como os produtos e resultados da política pública.

No momento, não é perceptível nenhuma ação por parte dos atores da sociedade política ou civil. As temáticas do patrimônio encontram-se apenas na esfera de “problema público”, ainda não saindo desse conceito para uma tomada de decisão que, efetivamente, encare o problema e, em conjunto, encontrem soluções para o mesmo. Todos os atores perdem com a manutenção do status quo,

pois com o desenvolvimento econômico local a partir da gestão do patrimônio, todos ganham e sem ele, como é hoje, todos perdem.

A solução do problema público em questão ainda não ocorreu em virtude de não haver um engajamento da sociedade itaquense. Essa falta de engajamento ocorre por desconhecer que essa temática implica num potencial aumento da arrecadação de impostos do município.

SITUAÇÃO ECONÔMICA

Uma análise meramente econômica já reporta ao enorme potencial turístico que Itaquí possui enquanto cidade histórica, podendo este nicho oportunizar ganhos significativos para a região, sejam eles de ordem financeira, cultural, social e de visibilidade nacional, gerando emprego, renda, chegada de recursos e projetos para a incorporação de uma nova ferramenta de gestão, através da política pública de preservação do patrimônio local.

O governo tem o custo de deixar de fomentar o desenvolvimento econômico da cidade, deixando assim de aumentar a arrecadação de impostos do município. A sociedade deixa de se desenvolver economicamente, aumentando assim o seu poder aquisitivo e por decorrência a qualidade de vida. Os custos do não aproveitamento do potencial de desenvolvimento local gerado pela gestão do patrimônio histórico-cultural de Itaquí, estão distribuídos entre todos os atores. O desenvolvimento local pressupõe uma transformação consciente da realidade local (MILANI, 2005). O desenvolvimento local não está relacionado unicamente com crescimento econômico, mas também com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Estes fatores estão inter-relacionados e são interdependentes.

No presente caso, que se trata de uma solução não implementada, todos os entes federativos estão deixando de aumentar sua arrecadação de impostos. Partindo desses exemplos, é importante salientar que o município dispõe de material humano e físico para organizar um comitê ou um setor que trabalhe especificamente com questões voltadas aos bens culturais de Itaquí.

Por isso, as ações voltadas para o patrimônio da paisagem cultural do centro da cidade, através de campanhas, roteiros de visitação escolar, incremento aos festivais de música, dança e teatro, trazem um levantamento de dados qualitativos e quantitativos sobre os espaços em questão e não representam prejuízo para o erário público, pois as secretarias da educação e da cultura apresentam estruturas mínimas para encampar esses temas em suas agendas, usando o corpo de funcionários de suas secretarias para desenvolver essas ações.

Pensando em um custo de oportunidade perdida, é inegável que essa falta de projetos e trabalhos encampados acerca das questões patrimoniais estão deixando de promover um ganho bastante considerável para o município, pois a circulação de pessoas, ações empreendedoras e consumo de serviços na cidade

ocasionam uma não circulação de capitais que poderiam estar vinculados com essas ações de uso dos espaços patrimoniais da paisagem cultural do centro de Itaqui.

SITUAÇÃO JURÍDICO-LEGAL

A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 216 amplia o conceito patrimônio, incluindo: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Ainda na Constituição Brasileira, o artigo 23 afirma que é responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios proteger os documentos, as obras de valor histórico, artístico e cultural e o artigo 30 reafirma ser de competência dos municípios a proteção do patrimônio histórico-cultural, sejam eles de ordem material ou imaterial, conforme descritos anteriormente na redação do artigo 216.

Em análise sobre as legislações criadas e/ou vigentes sobre o patrimônio de Itaqui, o município possuiu, em épocas esporádicas, uma preocupação com essas temáticas, porém com o passar do tempo foram perdendo a força e deixando de existir. Um claro exemplo foi a criação do projeto de lei nº 73, de 29 de dezembro de 2011, que criou a Lei Municipal de nº 3.833.

Essa lei instituiu a criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural - COMPHAC, órgão colegiado de assessoramento na defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural, com a finalidade de auxiliar a Administração na orientação, planejamento, interpretação e julgamento de matérias de sua competência.

O COMPHAC foi um órgão, como cita a lei de sua criação, vinculado diretamente ao gabinete do Prefeito”. Em análise ao site da prefeitura municipal e arquivo público, não foram encontradas ações deste conselho, tampouco documentos criados por ele que contemplem algum projeto referente aos bens patrimoniais, sejam de ordem material ou imaterial no município. Atualmente, em contato com a secretaria da cultura do município, foi coletada a informação de que esse Conselho não existe mais, no qual não foi encontrado nenhum material sobre a efetiva atuação deste conselho.

Ademais, Itaqui conta com algumas informações específicas no que se refere a legislação voltada a resolver o problema público da falta de cuidados com o Patrimônio Cultural municipal. Os casos mais frequentes estão relacionados com os programas de restauro do prédio do antigo Mercado Público de Itaqui, que foi declarado como patrimônio histórico do Rio Grande do Sul pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), em dezembro de 2009.

Esse processo passou por diversas fases e tramitações, mas sem efeito sobre o patrimônio, que se encontra atualmente em situação de total abandono. De maneira mais recente, aconteceu em 21 de julho de 2020, houve uma reunião no Teatro Prezewodowski, para a criação do Conselho Municipal de Cultura, na qual foram escolhidos representantes do artesanato, artes visuais, artes cênicas, livros, leitura e literatura, cultura popular e tradição e folclore.

Após essas reuniões, não houveram mais chamamentos para estas equipes se encontrarem, o que demonstra a pouca força que esses temas representam para o poder público, justamente por não haver um órgão específico para tratar de tais temas. Outras ações, como a criação de leis, comissões, comitês ou secretarias, não foram encontradas nos registros do arquivo público municipal ou nos meios de comunicação e divulgação da prefeitura, através de visitas e pesquisas realizadas.

No caso da criação da COMPHAC, apenas o que se tem conhecimento é que, de acordo com a lei Municipal Nº 3.833 e com o Decreto nº 5.959-12, este estaria ligado diretamente ao gabinete do prefeito. Porém, em pesquisa realizada na secretaria da cultura do município, não foram encontradas ações concretas desta comissão, tampouco atas de reuniões que viessem a configurar seu andamento, desde sua criação. Como o COMPHAC não existe de fato, entendemos que hoje, a legislação que o criou, não está sendo implementada pelos órgãos competentes.

É completamente perceptível que a criação da COMPHAC teve algum tipo de intenção, mas como não houveram ações significativas e que houvessem registros formais, entende-se que sua implementação possuiu algum outro fim, mas não o da preservação efetiva dos bens culturais do município. No caso das pesquisas realizadas sobre o município, ficou evidente a carência de leis que tratem da temática da preservação do patrimônio histórico-cultural material e imaterial de Itaquí.

As tentativas de criação de órgãos relacionados com a cultura itaquense aparecem confusas em sua elaboração, pois não apresentam um segmento específico destinado ao patrimônio material e imaterial do município. As ações sempre estão relacionadas com outros fatores, que por serem mais simples (como por exemplo o artesanato, o esporte e lazer), acabavam por tomar a maior parte das pautas destas ações, ficando as questões de patrimônio fora das discussões.

Exemplo disso temos a criação da COMPHAC, que após criado, não apresentou projetos ou ações de relevância para a questão da preservação patrimonial do município. Sendo assim, o problema público da preservação do patrimônio histórico-cultural de Itaquí não conta com um amparo jurídico-legal na atualidade, se tornando um grave problema e uma enorme lacuna na pauta das agendas políticas da cultura, da educação e do desenvolvimento local do município. Não foram encontradas leis atuais, tampouco interpretações legais que venham a

refutar a inação do poder público municipal com relação a questão que estou abordado neste relatório.

SITUAÇÃO SOCIOCULTURAL

Já para a sociedade, os prejuízos causados pela inação do poder público frente aos assuntos desta natureza, assumem um papel negativo nas relações entre o cidadão, sua educação e seu desenvolvimento cultural e econômico, rompendo o elo entre o passado e o presente, deixando sua população à vulnerável ao esquecimento do significado deste patrimônio histórico-cultural. As pessoas são indiferentes ao patrimônio e sua preservação.

Os patrimônios vieram sofrendo perda de valor cultural através da depreciação natural que o tempo foi aplicando a eles. Também convém destacar a falta de interesse dos atores sociais do município, pois nossa cidade se investe em um elemento econômico totalmente pautado no trabalho com a monocultura do arroz e a pecuária, não tendo por parte dos atores detentores dos meios financeiros, interesse em elevar estes bens a categoria de protagonistas da cultura local e tampouco das camadas mais humildes da sociedade, pois estes estão imersos nas questões impostas por estas elites detentoras dos meios de produção.

O poder público municipal se mostra indiferente ao patrimônio e sua preservação. As estratégias de driblar o problema estão na negação do mesmo. Estão em não fazer uso do problema como sendo algo grave, pois não afeta diretamente sua reputação ou grupo ao que ele pertence. Já os atores que estão envolvidos em solucionar o problema, quando fracassam, justificam seu insucesso pela falta de respaldo e amparo dos entes públicos do governo.

Grupos de pessoas da sociedade civil organizada que constituíram movimentos sociais, como por exemplo, os Amigos do Mercado Público, uma associação de pessoas da comunidade interessadas em ajudar nas políticas de restauro do prédio do antigo Mercado Público, educadores e jovens artistas locais sempre estiveram demonstrando interesse em interagir com as esferas do poder público para juntos alavancar as questões da valorização de nossos bens.

O fenômeno social que envolve o problema é a “destruição positiva”. Para Choay (2011, p.12), “fala-se em destruição positiva, quando a comunidade em questão deixa cair ou demole um monumento cujo valor memorial e identificatório perdeu-se completamente ou parcialmente.” O desconhecimento da história do município e de seus patrimônios histórico-culturais e a falta de uma educação patrimonial.

O problema está investido nos fenômenos de falta de conhecimento da sua própria cultura, falta de um sentimento de pertencimento e desconhecimento total da história do Município. Outro fator importante a se destacar está na inércia frente ao retorno econômico que resolver o problema traria para a sociedade.

Grande parte da sociedade itaquense vive à margem de questões de ordem cultural. Isso é extremamente preocupante, pois pessoas que residem em bairros mais afastados do centro da cidade não fazem questão de conhecer e visitar os bens culturais, demonstrando o caráter nulo que a cultura veio passando nestas últimas décadas. O desconhecimento acerca de questões culturais locais é, sem dúvidas, o elemento que mais afeta a preservação e contribui para a depreciação e finitude dos patrimônios culturais de Itaquí.

A escassez de políticas efetivas de atenção com o patrimônio, a não inserção de uma educação voltada para o conhecimento destes bens fez com que, ano após ano, nossa sociedade se envolvesse somente em atividades vinculadas ao trabalho e divulgação do latifúndio monocultor. Grande parte das ações desenvolvidas no município estão associadas ao setor primário, elucidando e priorizando esse setor em detrimento dos demais, principalmente a educação, cultura e a diversidade econômica.

A diferença está na capacidade de desenvolvimento socioeconômico frente ao problema, que outras cidades já se alertaram e estão desenvolvendo, tendo hoje uma estrutura bem montada e uma geração de riqueza toda especial às custas das oportunidades de crescimento que a educação patrimonial trás para suas populações.

Existe também um processo de inação por parte da sociedade, no que se refere aos temas relacionados à preservação do patrimônio histórico-cultural de Itaquí, que é perceptível pelo fato de que movimentos sociais que se dedicavam a esta finalidade, foram se tornando inativos com o passar do tempo. Grupos como: Amigos do Mercado Público, Feira do Gime - Grupo Itaquense da Mulher Empresária, que procurava valorizar o comércio local, incentivando a gastronomia, música, dança e artesanato, através da reunião dos empreendedores locais em uma feira de negócios, onde tinham a oportunidade de expor seu trabalho para a sociedade, estão agora inativos.

Também convém destacar a interrupção das exposições organizadas pela ACI - Associação Comercial de Itaquí e CDL - Clube de Diretores Lojistas, nos quais utilizavam espaços públicos como saguão do Banco do Brasil, sala de Exposições do Teatro Prezewodowski e a própria praça central para realização de exposições de obras produzidas por artistas locais e de localidades vizinhas.

Atualmente essas ações caíram em um esquecimento por parte do poder público e da sociedade. Ficaram somente alguns editais de organização de festivais de música, teatro e dança, que são os alvos principais de análise do patrimônio imaterial ao qual esse relatório se destina, que são a Casilha da Canção Farrapa, Festival Itaquense de Teatro e o Festival Dança Comigo Itaquí.

Estes atores envolvidos nos processos de preservação dos bens culturais estão dissociados do resto da sociedade, pois a maior parte da população de Itaquí não visita o teatro Prezewodowski ou a Igreja Matriz, visto que ambos não ficam

abertos para a visitação. Quanto à praça central, a partir de uma observação direta, ela é frequentada em momentos esporádicos e por uma parcela muito pequena da população, principalmente aos finais de semana.

No caso dos demais patrimônios, a prefeitura e a câmara de vereadores, estes encontram-se em funcionamento plenamente de acordo com suas características. Uma parte da sociedade não tem acesso a esses patrimônios por morarem distante do centro, e assim desconhecem e não se sentem parte do problema. Uma outra pequena parcela da sociedade está envolvida em ações de baixo impacto na preservação e com pouca visibilidade por não possuírem conhecimento técnico, possuindo apenas boa vontade.

Existem aqueles que não percebem que o problema existe, por não se sentirem parte do processo; temos aqueles que sentem a necessidade de criar alguma alternativa para solucionar o problema, mas não se encontram focados nessas ações em virtude de prioridades de interesses; existem os que estão imersos na tentativa de fazer com que o problema se torne algo de acesso a todos para que consiga angariar um número maior de parceiros para as causas de revigoramento dos bens patrimoniais.

Existem também os que possuem conhecimento do problema, possuem noções de como solucionar, mas não apresentam força para levar adiante as pautas para a solução destas problemáticas e; por fim, temos o poder público, detentor dos meios legais de mergulhar no problema e buscar alternativas para solucioná-lo, mas inoperante em realizar tais ações, pois não vislumbra uma oportunidade de ganho com os atores envolvidos, por não fazerem parte de uma maior coletividade social.

3.6 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Quanto a situação política

Quanto a origem e o histórico, o problema começou na primeira metade do século XX com a derrocada do uso do Teatro Prezewodowski e persiste até hoje com o abandono do Mercado Público. Ele começa a ser percebido pela sociedade através dos movimentos sociais que lutam pela preservação do patrimônio histórico-cultural de Itaqui. Este patrimônio corre o risco de desaparecer.

O Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – PPGPP, da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA campus São Borja, deu ênfase a este problema; e eu, como aluno do programa também. A falta de preservação do patrimônio histórico-cultural é um problema que já tem solução de enfrentamento em outros países, no Brasil e no Rio Grande do Sul. Até agora não houve nenhuma tentativa de tentativa de enfrentamento do problema por parte da prefeitura de

Itaqui. A sociedade, com raras exceções, também não se envolveu com o problema. O problema ainda não entrou na agenda política do município de Itaqui.

A inexistência de uma estrutura institucional que seja específica para tratar da preservação do patrimônio, ao longo da história de Itaqui, é uma evidência da inação por parte do poder público municipal. Com o passar do tempo, desde os anos de 1930, este tema foi perdendo importância na agenda eleitoral em função da indiferença dos cidadãos para com o tema, demonstrada pelo descaso com o patrimônio; e levando em consideração que hoje a próxima campanha eleitoral começa quando termina a eleição.

A maneira como vemos o ciclo eleitoral mudou. Temos agora, segundo Ferraz (2008, p. 38), “a moderna concepção de política numa democracia: a campanha permanente”. Então podemos o ciclo de vida da política em termos de uma campanha permanente, a disputa eleitoral nunca acaba, quando termina uma eleição já começa a campanha para a próxima, tanto para quem ganhou como para quem perdeu.

Uma pequena parte da sociedade civil organizada, representada aqui pelos movimentos sociais pela preservação do patrimônio, levantou o problema e fez força para que ele ganhasse relevância. Na atualidade o executivo municipal, a câmara de vereadores, o empresariado local e a sociedade civil organizada de Itaqui, negam o problema. Além da capacidade de investimento público e do funcionalismo público, a prefeitura possui a capacidade político-administrativa para liderar o empresariado e a sociedade civil organizada num esforço de governança da gestão do patrimônio, que venha a dispor também dos recursos de pessoal, financeiro e material destes atores políticos não governamentais.

No momento não existe nenhuma coalizão de atores formada para o enfrentamento do problema. Os atores estatais ganham apelo eleitoral com a manutenção da situação atual, mas perdem a possibilidade de aumentar a arrecadação de impostos; as empresas por sua vez perdem de se beneficiarem com a possibilidade de desenvolvimento econômico local e o aumento de seus lucros e, por fim a sociedade civil organizada e não organizada perde com a não efetivação de um possível aumento da qualidade de vida, da melhoria dos serviços públicos, do aumento do emprego e da renda, etc.

Quanto a situação econômica

O custo do problema para a sociedade é que, por falta de ação, ela está deixando de ganhar uma oportunidade de aumentar a sua qualidade de vida. O custo do problema para a prefeitura municipal de Itaqui, também por falta de ação, está deixando de ganhar uma oportunidade de promover uma ação para contribuir para aumentar o desenvolvimento econômico local, além de também perder a oportunidade de aumentar a sua arrecadação de impostos e conseqüentemente a

sua capacidade de investir em políticas públicas. Este problema não foi solucionado politicamente pela falta de articulação e vontade política dos atores envolvidos

Quanto à situação jurídico-legal

A legislação municipal que criou em 2011 o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural – COMPHAC, nunca entrou em vigor, pois este conselho nunca entrou em funcionamento. Não existe nenhuma outra legal ou infra legal municipal, criada para dar conta do enfrentamento deste problema. A questão pública da defesa do patrimônio está presente tanto na constituição federal como na estadual.

Quanto a situação sociocultural

As pessoas possuem um comportamento de indiferença diante do problema. Os atores afetados, na sua grande maioria, utilizam a negação do problema como estratégia para driblar o mesmo. Pequenos grupos da sociedade civil organizada, que formam movimentos sociais, defendem a preservação do patrimônio histórico-cultural de Itaquí. Para mim, o fenômeno social que envolve este problema é a violência patrimonial. A cultura política dos cidadãos de Itaquí, que participam da preservação do patrimônio; o hábito por parte do poder público de não valorizar a cultura e o costume dos políticos de não colocar na agenda problemas cuja solução não rende ganhos eleitorais, influenciam o comportamento dos atores em relação ao problema investigado.

Quanto a amplitude do problema

Todos os atores são atingidos por este problema neste momento. O problema está distribuído com efeitos diretos e indiretos diferentes, por todas as classes sociais e em toda a cidade.

Quanto a intensidade do problema

Se nada for feito e os efeitos da sua gestão para a economia deste município podem desaparecer. Este problema é mais grave em relação a outros problemas de Itaquí porque ele diminui a possibilidade de outros problemas públicos de Itaquí serem mitigados ou extintos pelo poder público municipal desta cidade.

Quanto a tendência do problema

O problema pode se intensificar na medida em que o patrimônio sem conservação pode desaparecer. Agora podemos passar a pensar num outro problema público que é a falta de aproveitamento do potencial de desenvolvimento local gerada pela exploração econômica do patrimônio histórico-cultural de Itaquí;

e tentar responder se a inação é uma política pública. Mas isto fica para uma próxima investigação.

4. LEVANTAMENTO DO PATRIMÔNIO DA PAISAGEM CULTURAL DO CENTRO DE ITAQUI

4.1 INFORMAÇÕES PRINCIPAIS SOBRE O LEVANTAMENTO

Para Soares, Spiazi, Oliveira, Dias (2007), este levantamento serve como uma contribuição, um ponto de partida para se pensar um inventário que dê subsídios para a formulação de políticas públicas de preservação do patrimônio, de educação patrimonial e de turismo histórico-cultural, implementadas em conjunto ou separadamente. Entendo que a história local da paisagem cultural do centro de Itaquí apresenta as representações, os valores e as tradições culturais do grupo de seus moradores, grupo do qual eu pertencço.

Como nos diz Soares, Minuzzi, Maciel (2016), a memória vai além do próprio indivíduo, ou seja, além de mim, pois traz consigo elementos da minha família, das instituições nas quais estou inserido, dos grupos de convívio aos quais pertencço, etc. É a partir dos patrimônios locais que podemos reconstruir a memória, por exemplo com políticas públicas de educação patrimonial. Segundo Horta (2000), a aprendizagem toma como ponto de partida, as memórias partilhadas coletivamente.

Ainda para o mesmo autor e mesmo ano, os alicerces que constituem a memória, situam-se na troca que existe entre as minhas lembranças e as tradições, valores e lembranças culturais do grupo ao qual pertencço. Esta memória traz para mim os bens materiais e imateriais que a compõem, o que determina que a sociedade itaquense entenda tais bens como patrimônio. Este levantamento tem como ponto de partida a minha memória para alcançar a história local da comunidade que vive na paisagem cultural do centro de Itaquí. Para além da minha memória, como afirma Choay (2011), foi escolhido um conjunto de edifícios preexistentes, em função de seu valor para a história local.

A minha memória e a história local se encontram quando representam as partes que constituem o patrimônio da paisagem cultural do centro de Itaquí. Soares, Minuzzi e Maciel (2016), o ato de se retomar uma memória é um processo que dá uma nova orientação, dentro do momento presente, baseada no lugar referencial e social, construídos pelos significados do imaginário social desta comunidade da qual eu pertencço. Neste levantamento vou dar ênfase na minha memória e por decorrência a memória coletiva dos grupos aos quais pertencço e a história local na qual eu me reconheço enquanto cidadão itaquense

4.2 PERFIL DO LEVANTAMENTO

Como sujeito, trago para o presente, os elementos enquanto morador que sempre fui da região central de Itaquí, e sua paisagem cultural. Para Soares, Minuzzi, Maciel (2016), aplicando a definição de patrimônio da constituição de 1988

à realidade da cidade de Itaqui, temos que o patrimônio histórico-cultural de Itaqui são todos os bens que fazem referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade itaquense, seja no seu conjunto ou de forma individual.

Para Schick apud Ribeiro (2007, p.18), “Kulturlandschaft foi um termo criado por Schlüter para designar a paisagem transformada pelo trabalho do homem, ou a paisagem cultural, em oposição a Naturlandschaft [paisagem natural], da qual a ação do homem estaria ausente.” Na mesma direção Sauer apud Ribeiro (2007, p.19), “a cultura é o agente, a área natural o meio e a paisagem cultural é o resultado.” Em síntese, a paisagem cultural é a paisagem natural que o homem transformou com seu trabalho.

O presente levantamento leva em consideração a minha visão pessoal do patrimônio histórico-cultural da paisagem cultural do centro de Itaqui, e da minha história neste local. Segundo Soares, Minuzzi, Maciel (2016), o primeiro patrimônio são as memórias dos indivíduos e sua história local. A partir daí, podemos levantar os patrimônios oficiais de Itaqui, para que o poder público possa perceber esta parte do patrimônio material e imaterial da cidade de Itaqui.

Para Secchi (2016), de um relatório técnico podem ser desdobrados muitos subprodutos. Assim, propomos como subproduto, uma contribuição para um futuro inventário do patrimônio histórico e cultural de Itaqui, na forma de um levantamento dos principais patrimônios históricos materiais e imateriais da paisagem cultural do centro de Itaqui.

4.3 LEVANTAMENTO HISTÓRICO-CULTURAL DA PAISAGEM CULTURAL DO CENTRO DE ITAQUI

Portanto, os grupos de atores que se encontram no entorno do problema do patrimônio histórico do município, seja na parte do poder público municipal, como a sociedade civil organizada ou do empresariado, necessitam encontrar caminhos para levar a municipalidade a conhecer o patrimônio itaquense.

É perceptível a preocupação com questões do entorno da formulação de uma educação voltada para o patrimônio cultural dos municípios gaúchos, a exemplo mais conhecido das cidades da região da Serra Gaúcha, que trabalham com mais eficiência com estes elementos de ordem cultural, que visam aproximar suas sociedades com a história dos lugares, criando ferramentas de atração turística, agregando emprego, renda e visibilidade destes locais no cenário interno e externo.

Alcançar uma visibilidade destes bens, sejam eles materiais ou imateriais estão na tentativa de aproximar a sociedade de suas heranças, sejam através de um roteiro de visitação, um festival, uma exposição cultural e, até mesmo, desenvolvendo um roteiro de turismo educacional, trazendo as escolas para

conhecer estes espaços de promoção de cultura, diversidade e conhecimento. Temos a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores, exercendo o papel de centro político e administrativo.

A praça Marechal Deodoro da Fonseca, como elemento social de encontro e circulação de pessoas de todos os segmentos e ordens sociais, servindo como ponto de encontro gastronômico da cidade, rodeada de bares, restaurantes e points da juventude, também, por muitos anos como palco de decisões para desfiles carnavalescos, tradicionalistas, paradas da mocidade, também com concursos e apresentações culturais em seu espaço, já que estes aconteciam nas Avenida Independência e Bento Gonçalves, duas das principais faces da referida paisagem cultural.

O teatro Prezewodowski apresenta-se como ícone cultural de Itaquí, como fonte imensurável das memórias culturais do início do século XX, através das atividades relacionadas à navegabilidade do rio Uruguai. Constitui-se, também, como palco de diversas atividades culturais e educacionais do tempo presente de Itaquí, como acima citados, os festivais de música, teatro e dança.

Já a Igreja Matriz de São Patrício, localizada à frente da praça, constitui-se no elo religioso tradicional de nossa sociedade, que teve o cristianismo como fator fundamental da organização territorial e administrativa do município.

Todos estes elementos que se encontram no entorno da paisagem do centro itaquense (com exceção da Câmara de Vereadores e da Prefeitura Municipal), há décadas não recebem cuidados de revitalização e manutenções adequadas, ofertando ao tempo a oportunidade de castigar suas estruturas e tirando a beleza e exuberância desses bens materiais.

Talvez aí também esteja um dos motivos da perda do interesse da sociedade em circular e usufruir destes patrimônios, agregando a isso a perda da conexão existente entre a cultura imaterial, deixando com que as atividades antes desenvolvidas nestes espaços também sofressem uma deterioração.

Os atores envolvidos nos processos de revitalização e valorização dos bens culturais estão, na maioria das vezes, isolados do resto da sociedade. A maior parte da população de Itaquí não se sente confortável em visitar o teatro Prezewodowski ou até mesmo participar de uma missa na Igreja Matriz, tampouco rodear a praça central e reconhecer os personagens distribuídos nos bustos pelo seu espaço.

Uma grande parcela da sociedade não tem acesso a esses bens, e ao passo que desconhecem, não se sente parte do problema. Uma outra pequena parcela da sociedade inquieta e comprometida com as causas da educação para o patrimônio está envolvida em ações pequenas de valorização e revitalização, mas com pouca eficácia por não possuir conhecimento técnico para levar suas pautas adiante, possuindo apenas boa vontade.

E, na ponta da lança está o Poder Público Municipal, que por não sentir que estas ações surgem de uma demanda maciça da sociedade, permanecem inoperantes por décadas, não acoplando em suas agendas políticas, ferramentas que versem sobre questões da natureza do patrimônio cultural.

Portanto, os grupos de atores que estão no entorno do município precisam discutir e encontrar um denominador comum, traçando ações conjuntas para tentar recompor os objetivos dos bens patrimoniais (materiais e imateriais) situados no espaço da paisagem cultural entendida como o centro de Itaquí e, num médio prazo, apropriar-se de condições de estabelecer frentes de trabalho conjunto que venham a criar em Itaquí uma estrutura voltada para o reconhecimento destas culturas, sejam elas materiais ou imateriais.

Assim, tendo como finalidade estabelecer um roteiro de visitação, primeiramente de escolas, comunidades dos bairros distantes e, num longo prazo, criando uma rota de turismo patrimonial, onde uma maior parcela da população possa se envolver e tomar propriedade da sua responsabilidade enquanto munícipe, criando e perpetuando laços de pertencimento com estes espaços culturais.

A alteração do status quo poderá definir, num médio prazo, uma nova oportunidade de desenvolvimento urbano de Itaquí, através de ações voltadas para uma educação patrimonial que, ao passo que a sociedade entendesse os objetivos e incorpora a ideia central, expandir essas ações para um viés regional, apresentando para toda a fronteira-Oeste seu potencial cultural, educacional e turístico.

Neste sentido, a sociedade sentindo-se parte da cultura local, poderia propor enquanto empreendedorismo na economia local estratégias de circulação e fomento ao turismo histórico, aumentando ou criando novas oportunidades de negócios, gerando valores agregados através de impostos ou da renda que, potenciais turistas venham a deixar em nosso município, aumentando a necessidade de estabelecimentos comerciais que acompanhem esta rota turística, como hotelaria, alimentação, comércio, transporte e demais atividades vinculadas nestes processos.

O poder público, portanto, necessita compor um corpo técnico capacitado para formular projetos e buscar ajuda em esferas governamentais maiores para a solução destes problemas. Criar comitês e secretarias atuantes nas pautas da educação para o patrimônio, divulgar ações nas escolas, trazendo os estudantes para dentro destes patrimônios e participando da vida cultural de seu município.

Fazer com que a sociedade conheça e entenda essas lacunas como um problema público, faz com que as pessoas comecem a sentir-se pertencentes aos espaços culturais de sua cidade, fazendo com que elas entendam e se sintam parte da solução, promovendo um espírito de identificação cultural e pertencimento aos processos de resolução do problema, servindo como fiscais e incentivadores de

ações voltadas ao revigoramento destes bens patrimoniais e das atividades que se desenvolvem no seu entorno.

A sociedade itaquense apresenta-se como o principal beneficiário destes resultados. Além de se beneficiar com questões de enriquecimento educacional e cultural, revivendo o legado deixado por seus antepassados, também poderá, num futuro próximo, desfrutar do caráter econômico que tais programas venham a oferecer. Criação de grupos de guia turísticos, trabalhadores incorporados ao trabalho com o turista, associações de artesãos para a confecção de lembranças que serão comercializadas, arrecadação de impostos por parte do erário público, sem contar com a maior circulação de pessoas, significando maior circulação de capital.

4.4 LEVANTAMENTO DOS BENS CULTURAIS

A identificação dos bens culturais está na base do intuito de preservação dos patrimônios materiais e imateriais do município. É a tentativa de produzir um perfil acerca do bem, tomando-se por base critérios para o estabelecimento de pontos de vista e recortes temporais sobre a importância, do contexto histórico cultural e econômico em que determinado patrimônio foi pensado, projetado, divulgado e construído, visando atender uma determinada demanda temporal, dentro de um espaço delimitado como *paisagem cultural*.

Na maioria das vezes entender o perfil histórico e econômico da época em que o bem cultural foi formulado ajuda muito no entendimento do seu papel na sociedade, pois trata-se de uma política pública, ou uma solução para um problema/necessidade, sendo ele a melhor resposta para minimizar conflitos ou resolver impasses econômicos no seu tempo e espaço.

Uma forma de compreender os motivos pelos quais esses patrimônios, sejam eles de ordem material ou imaterial sofreram, no decorrer do tempo um processo de esquecimento, faz com que a formulação desse relatório técnico demande uma limitação da área de abrangência, onde após diversos levantamentos sobre as paisagens culturais do município, ficou delimitado como fonte espacial dos levantamentos, o centro de Itaquí.

No momento de delimitação dessa paisagem, buscou-se entender, num primeiro momento, seu conceito e formas pelas quais essas bases poderiam estar presentes na tomada de decisão.

Ao que se refere à esfera institucional para a organização e proteção destes espaços, é no interior da Unesco, em 1992, que a paisagem cultural é criada como uma categoria específica do patrimônio cultural. Alguns anos depois, em 1995, o Conselho da Europa também regulamentou a sua proteção, em território europeu, por meio da Recomendação R (95) 9 e, posteriormente, pela Convenção Europeia

da Paisagem, em 2000. Já no Brasil, ela foi incorporada como nova categoria de patrimônio cultural pela Portaria no. 127 de 2009, do IPHAN, a mesma que instituiu um novo instrumento jurídico para sua proteção, denominado de *chancela*.

Estas são três experiências que revelam alguns pontos de convergência em relação ao tema, mas também, diferenças significativas na forma de conceber a proteção.

A respeito da conceituação da Paisagem Cultural Brasileira, sua formulação e organização está apresentada na Portaria Iphan 127/2009, que estabelece a chancela como instrumento de preservação desta “nova categoria do patrimônio cultural”.

Conforme o artigo 1º da referida Portaria, constitui Paisagem Cultural Brasileira “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”.

Após a apropriação do conceito de *paisagem cultural* e, atendendo ao processo de delimitação espacial para facilitar o entendimento do relatório, ficou estabelecido como espaço de análise para a identificação do problema público o entorno da praça central de Itaquí, entre as ruas Bento Gonçalves e Independência no sentido Norte/Sul e João Sisnando Dubal Goulart e Euclides Aranha, no sentido Leste/Oeste.

A escolha desse espaço ficou determinada pela forte influência que esta paisagem exerceu e exerce na vida de grande parte da sociedade itaquense, e por ser o centro religioso, cultural, econômico e político administrativo do município.

Cabe então, procurar uma forma de aproximar o ato de identificação dos bens com as tratativas de sua preservação, possibilitando a inserção desse tema na agenda governamental, sendo assim, podendo passar por um levantamento destes.

No caso do campo do patrimônio cultural, a ação de analisar esses bens tem a função de produzir saberes estabelecidos através de severidade, crença e recortes dos diversos universos envolvidos no processo, sejam eles sociais e/ou territoriais.

Surgem diversas possibilidades de trabalho como alternativas de solução para o problema levantado. Essas ações devem estar totalmente associadas ao processo de organização histórica, pois devem obedecer uma linha temporal que tenha sentido no que se refere às circunstâncias pelos quais estas obras foram construídas, pois elas servem como locutores atemporais de uma realidade social,

econômica e cultural, trazendo para si a função de produtos e produtores do conhecimento.

Além dos materiais, os bens de ordem imaterial servem de base para perceber a falta de zelo pelos acervos e atividades culturais do município. Isso ocorre quando se observa a diminuição da força desses festivais, com a pequena participação da comunidade local, seja como plateia, ou como participante, fato verificado na análise dos documentos do acervo da secretaria da cultura.

Assim sendo, percebeu-se que os levantamentos dos bens patrimoniais da paisagem cultural do centro itaquense poderá, assim como inúmeros outros bens catalogados em outros municípios, compor um importante banco de dados para pesquisas, formulação de políticas públicas de revitalização, valorização e restauro, bem como trocas de experiências e colaboração entre artistas regionais.

A prática de levantamento de dados não segue um padrão quanto à sua formulação, pois não contam com os mesmos dados em sincronia, como se fossem informações sistemáticas e sequenciais.

Entretanto, isso ocorre porque as fontes e documentos sobre estes não estão organizadas e disponíveis em um mesmo local, sendo necessário uma exaustiva procura por esses dados para compor os estudos e somam-se a isso, seu precário estado de conservação, fruto da falta de lugares apropriados para a proteção destes acervos.

Verificou-se durante as pesquisas que os acervos documentais tanto da Prefeitura quanto da Câmara municipal, encontram-se depositados em lugares inapropriados, sujeitos a umidade, amontoados e em fase de gradativa destruição.

Sobretudo, inúmeras foram as fontes de informação para a realização deste trabalho, que vão desde fontes orais, documentais, fotográficas, manuscritos e atas da câmara de Vereadores que, mesmo em um estágio avançado de depreciação, ajudaram a compor este relatório.

Vale ressaltar que todo esse trabalho foi organizado e agrupado em mais de um ano de pesquisas e visitas aos órgãos públicos, buscando informações que viessem a complementar cada vez mais o trabalho de identificação do problema público que se refere ao patrimônio.

Toda essa sistemática deve obedecer a etapas distintas, porém, não se pode destoar de um padrão metodológico para que, no final das atividades, o trabalho contemple os dois principais objetivos, independente das categorias usadas em trabalhos internacionais ou no Brasil, que são *identificar* e a *proteger* os bens culturais itaquense.

As tabelas abaixo formuladas foram adaptadas de modelos utilizados em outros trabalhos semelhantes, principalmente a nível regional, tomando por base estudos desenvolvidos na própria Unipampa, campus de São Borja.

5. PATRIMÔNIOS CULTURAIS MATERIAIS: ITAQUI – ENTORNO DA PAISAGEM CULTURAL

Aspectos Gerais:

Identificação: Teatro Prezewodowski

Ano de Construção: 1883 (Restauração em 1992)

Localização: Rua Bento Gonçalves, nº 335

Tipologia: () Museu (x) Centro Cultural () Centro Administrativo

Situação Administrativa: (x) Municipal () Estadual () Federal () Privada

Nível de Proteção: Última restauração completa em 1992, ademais manutenção periódica e pequenos consertos

Titularidade: Prefeitura Municipal de Itaqui

Visitação Anual: 954 pessoas (Registro do ano de 2019), no qual varia de acordo com os projetos e roteiros desenvolvidos para o ano pela secretaria e visitação de escolas das redes estadual e municipal.

Tipologia de acervo: Documentação do Arquivo Municipal (Parcial), Biblioteca do Teatro e Mobiliário.

Lotação: 288 lugares (total), distribuídas em: Plateia (132), Frisas (70) e Camarotes (86)

Aspectos Turísticos

Possibilidade de visitação: **SIM**
Integrado em Rotas Turísticas: **NÃO**
Tipologia Temática: **Histórico Cultural**
Nível de Funcionalidade: **Atividades Culturais Diversas**

Nº de postos de Trabalho: **08**
Dias abertos e fechados: **Segunda à Sexta-Feira**
Horário: **Das 7h - 12h / 14h - 17h.**
Serviços complementares: **Abriga a Secretaria da Cultura, Esporte e Lazer**

Observações Pertinentes:

Avaliação da Funcionalidade Turística:

	Atual	Potencial
Pouco Interessante	x	
Interessante		
Muito Interessante		x
Visita Obrigatória		

Observações: O grau de valorização está em dificuldade alta, por não haver valorização pela população.

Aspectos Gerais:

Identificação: Prefeitura Municipal de Itaqui

Ano de Construção: 1882

Localização: Rua Bento Gonçalves, nº 337

Tipologia: () Museu () Centro Cultural (x) Centro Administrativo

Situação Administrativa: (x) Municipal () Estadual () Federal () Privada

Nível de Proteção: Periódica – Pintura, Manutenção e Adequação predial

Titularidade: Prefeitura Municipal de Itaqui

Visitação Anual: Por ser o centro administrativo municipal, não se tem dados quantitativos acerca da visitação.

Tipologia de acervo: Administração Pública Municipal, Secretarias Centralizadas e Setores do Poder Público.

Lotação: Não Especificado

<p align="center">Aspectos Turísticos</p> <p>Possibilidade de visitação: SIM</p> <p>Integrado em Rotas Turísticas: NÃO</p> <p>Tipologia Temática: Prédio Administrativo</p> <p>Nível de Funcionalidade: Político Administrativo</p>	<p>Nº de postos de Trabalho: Não especificado</p> <p>Dias abertos e fechados: Segunda à Sexta-Feira</p> <p>Horário: Das 7h – 13h.</p> <p>Serviços complementares: Arquivo Municipal e Tesouraria</p>
--	--

Observações Pertinentes:

Avaliação da Funcionalidade Turística:

	Atual	Potencial
Pouco Interessante	x	
Interessante		x
Muito Interessante		
Visita Obrigatória		

Aspectos Gerais:

Identificação: Câmara Municipal de Itaqui

Ano de Construção: 1958, enquanto sede da Agência do Banco do Estado do RS, adquirido pelo Município e cedido para a Câmara de Vereadores em setembro de 1990.

Localização: Rua João Sisnando Dubal Goulart, 942.

Tipologia: () Museu () Centro Cultural (x) Centro Administrativo

Situação Administrativa: (x) Municipal () Estadual () Federal () Privada

Nível de Proteção: Periódica – Pintura, Manutenção e Adequação predial

Titularidade: Prefeitura Municipal de Itaqui

Visitação Anual: Por ser espaço de circulação em torno do poder Legislativo, não se tem dados quantitativos acerca da visitação.

Tipologia de acervo: Plenário Legislativo, Biblioteca Particular da Câmara

Lotação: 158 pessoas

<p align="center">Aspectos Turísticos</p> <p>Possibilidade de visitação: SIM</p> <p>Integrado em Rotas Turísticas: NÃO</p> <p>Tipologia Temática: Prédio Administrativo</p> <p>Nível de Funcionalidade: Político Administrativo</p>	<p>Nº de postos de Trabalho: 25</p> <p>Dias de Funcionamento: Segunda à Sexta-Feira</p> <p>Horário: Das 7h – 13h.</p> <p>Serviços complementares: Cedência de Plenário para atividades diversas</p>
--	---

Observações Pertinentes:

Avaliação da Funcionalidade Turística:

	Atual	Potencial
Pouco Interessante	x	
Interessante		x
Muito Interessante		
Visita Obrigatória		

Aspectos Gerais:

Identificação: Igreja Matriz de São Patrício

Ano de Construção: 1878 (Primeira Etapa) e 1958 (Prédio atual)

Localização: Rua Euclides Aranha, 1001

Tipologia: () Museu (x) Centro Cultural () Centro Administrativo

Situação Administrativa: () Municipal (x) Estadual () Federal
() Privada

Nível de Proteção: Não especificado

Titularidade: Diocese de Uruguaiana

Visitação Anual: Não especificado

Tipologia de acervo: Secretaria Paroquial, Espaço Comercial e Biblioteca

Lotação: 300 pessoas

Aspectos Turísticos	Nº de postos de Trabalho: 08
Possibilidade de visitação: SIM	Dias abertos: Diariamente
Integrado em Rotas Turísticas: NÃO	Horário: 8h às 12h e 14h às 17h,
Tipologia Temática:	também durante as missas
Nível de Funcionalidade: Político	Serviços complementares: Não
Administrativo	especificado

Observações Pertinentes:

Avaliação da Funcionalidade Turística:

	Atual	Potencial
Pouco Interessante	x	
Interessante		
Muito Interessante		x
Visita Obrigatória		

Aspectos Gerais:

Identificação: Praça Marechal Deodoro da Fonseca

Ano de Construção: Entre 1881 e 1892

Localização: Encontro das Ruas Bento Gonçalves e Independência (N/S) e João Sisnando Dubal Goulart e Euclides Aranha (L/O)

Tipologia: () Museu (x) Centro Cultural () Centro Administrativo

Situação Administrativa: (x) Municipal () Estadual () Federal () Privada

Nível de Proteção: Manutenções básicas esporádicas, não há processo de revitalização

Titularidade: Prefeitura Municipal de Itaquí

Visitação Anual: Não Especificado

Tipologia de acervo: Bustos, Monumentos, Estátuas e Quiosque em funcionamento.

Intensidade de Circulação de Pessoas: Diário, sem quantificação

Aspectos Turísticos	Nº de postos de Trabalho: Variável
Possibilidade de visitação: SIM	Dias abertos e fechados: ---
Integrado em Rotas Turísticas: NÃO	Horário: ---
Tipologia Temática:	Serviços complementares: Área de
Nível de Funcionalidade: Praça Central	Convivência

Observações Pertinentes:

Avaliação da Funcionalidade Turística:

	Atual	Potencial
Pouco Interessante		
Interessante	x	
Muito Interessante		
Visita Obrigatória		x

6. PATRIMÔNIOS CULTURAIS IMATERIAIS DESENVOLVIDOS NO ENTORNO DA PAISAGEM CULTURAL DO CENTRO DE ITAQUI.

Aspectos Gerais:

Identificação: Casilha da Canção Farrapa

Número de Edições: 20

Local de Acontecimento: Teatro Prezewodowski

Âmbito de abrangência: () Municipal () Estadual () Nacional
(x) Internacional

Objetivos:

Promover a cultura através da música

Descoberta de novos talentos;

Valorizar e enaltecer a Cultura Gaúcha

Enaltecer em composições a Revolução Farroupilha

Incentivar jovens talentos músicos e compositores a participarem de futuras edições

Público Alvo: Músicos e Compositores (Profissionais ou amadores) sem restrição

Sistema de Premiação: Troféu e em Dinheiro para cerca de 80 músicos em diversas categorias

Organização e Divulgação: Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Lazer

Situação Administrativa: A cargo da Prefeitura e secretarias envolvidas

Aspectos Turísticos

Possibilidade de visitação: **SIM**

Integrado em Rotas Turísticas: **NÃO**

Tipologia Temática: **Artístico, Histórico e Cultural**

Nível de Funcionalidade: **Cultural**

Observações Pertinentes:

Avaliação da Funcionalidade Turística:

	Atual	Potencial
Pouco Interessante		
Interessante	x	
Muito Interessante		x
Visita Obrigatória		

Aspectos Gerais:

Identificação: Festival Itaquiense de Teatro

Número de Edições: 19

Local de Acontecimento: Teatro Prezewodowski

Âmbito de abrangência: () Municipal () Estadual () Nacional
(x) Internacional

Objetivos:

Promover a cultura através das Artes Cênicas;

Descoberta de novos talentos;

Valorizar e enaltecer a Cultura de palco, atuação e produção;

Inserir Jovens a prática de artes cênicas, educação e saúde;

Incentivar crianças a participar de futuras edições e a criação de companhias teatrais no âmbito escolar e, conseqüentemente, municipal.

Público Alvo: O FIT Festival Itaquiense de Teatro Amador, tem como público-alvo Crianças, jovens e Adultos, existem peças para todas as faixas etárias e uma grande participação de escolas de nosso município acompanhando as peças que são apresentadas nesse festival.

Sistema de Premiação: Troféu e em Dinheiro para cerca de 80 músicos em diversas categorias

Organização e Divulgação: Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Lazer

Situação Administrativa: A cargo da Prefeitura e secretarias envolvidas

Aspectos Turísticos

Possibilidade de visitação: **SIM**

Integrado em Rotas Turísticas: **NÃO**

Tipologia Temática: **Artístico, Histórico e Cultural**

Nível de Funcionalidade: **Cultural**

Observações Pertinentes:

Avaliação da Funcionalidade Turística:

	Atual	Potencial
Pouco Interessante		
Interessante	x	
Muito Interessante		x
Visita Obrigatória		

Aspectos Gerais:

Identificação: Festival Dança Comigo Itaqui

Número de Edições: 18

Local de Acontecimento: Teatro Prezewodowski

Âmbito de abrangência: () Municipal () Estadual () Nacional

(x) Internacional

Objetivos:

Promover a cultura através da dança

Descobrir novos talentos em nome da cultura da dança;

Valorizar e enaltecer a Cultura da dança em suas mais variadas formas;

Inserir Jovens na prática da dança, educação e saúde;

Incentivar crianças a participar de futuras edições, adentrando ao mundo da cultura da dança.

Público Alvo: Companhias de Dança ou Grupos Autônomos acima de 10 anos de idade.

Sistema de Premiação: Troféu e Premiação em Dinheiro

Organização e Divulgação: Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Lazer

Situação Administrativa: A cargo da Prefeitura e secretarias envolvidas

Aspectos Turísticos

Possibilidade de visitação: **SIM**

Integrado em Rotas Turísticas: **NÃO**

Tipologia Temática: **Artístico, Histórico e Cultural**

Nível de Funcionalidade: **Cultural**

Observações Pertinentes:

Avaliação da Funcionalidade Turística:

	Atual	Potencial
Pouco Interessante		
Interessante	x	
Muito Interessante		x
Visita Obrigatória		

7. APONTAMENTOS FINAIS

Ao final do trabalho de pesquisa e coleta de dados, é importante que se tracem algumas possibilidades que levem ao desenvolvimento regional e fomento à criação de políticas públicas que venham a auxiliar na preservação do patrimônio cultural, material e imaterial de Itaqui, no qual fazem-se necessários alguns apontamentos e sugestões de ações que venham a contemplar e complementar os dados expostos nas tabelas acima.

Tendo como base que o conceito de paisagem cultural se estabelece como um conjunto de interações entre as sociedades e os espaços que estas ocuparam e ocupam, é importante que se faça um link entre essa percepção e a proposição de ações que tragam possibilidades de ganho, não somente econômico, mas também no âmbito da integração cultural com os demais municípios da fronteira-oeste.

Para tanto, após a coleta de dados, criação e formatação das tabelas, propõe-se algumas alternativas de políticas para a emancipação e autonomia sócio financeira dos bens patrimoniais destacados no presente relatório.

Num primeiro momento, seria importante que a Prefeitura Municipal, através da secretaria da Cultura, Esporte e Lazer crie um departamento especializado em preservação do Patrimônio Cultural do Município de Itaqui.

Após isso, desenvolver junto ao quadro de colaboradores ações que contemplem questões de conhecimento histórico, cultural, turístico, legal e econômico dos bens patrimoniais descritos neste relatório. Criar roteiros de visita para alunos das escolas da rede municipal, estadual e privada, que partam da paisagem cultural escolhida para este trabalho, por ser um local específico e próximo, perfazendo a pé com a ajuda de um guia turístico demonstrando os bens e dando esclarecimentos acerca de sua importância histórica e parte efetiva da história do município.

Num segundo momento, ampliar esses roteiros de visita para as demais paisagens existentes no município, ampliando também as origens dos visitantes, abrindo possibilidade aos educandários de outros municípios, como ocorre num caminho inverso, quando de nossas escolas visitam os renomados museus de Getúlio Vargas e João Goulart, em São Borja, ou a Ponte Internacional e os pontos turísticos comerciais e culturais da vizinha Uruguaiana.

Tais ações trarão uma cultura de turismo patrimonial para Itaqui, fato ainda não conhecido e experimentado pela sua comunidade. Isso pretende aproximar mais a sociedade, indiferente de sua condição social, cultural ou de localização, criando um sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, apreço e preservação com os seus bens patrimoniais.

Para tanto, fica como conclusão deste relatório, além de todas as informações já citadas, essas pequenas, mas importantes diretrizes para a emancipação e retomada das questões patrimoniais do município de Itaquí.

8. REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> . Acesso em 03 de jul. 2019.
- CHOAY, Françoise. O patrimônio em questão: antologia para um combate. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.
- DECRETO Nº 5.959-12, de 18 de maio de 2012. A prefeitura do município de Itaqui, “Designa membros para comporem o Conselho Municipal do Patrimônio e Histórico, Artístico e Cultural - COMPHAC”. (Itaqui, RS, 2012)
- DELPHIM, Carlos Fernando de M. **Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.** Coordenação da Paisagem Cultural – IPHAN, Brasília, março de 2011.
- DIAS, Reinaldo. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.
- Dicionários socioeconômicos de municípios fronteiriços do Rio Grande do Sul: São Borja, Santo Antônio das Missões, Itaqui, Maçambará, Unistalda, Garruchos/ organizadores Muriel Pinto, Eduardo Nolla. - São Borja: CEEINTER, 2020.
- DYE, T. R. Understanding public policy. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1972.
- FERRAZ, Francisco. Manual completo de campanha eleitoral. Porto Alegre: LP&M, 2008.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, nº 21, jun de 2000.
- HORTA, Maria de Lourdes Pereiras. Fundamentos da educação patrimonial. Ciências e Letras, Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras nº 27, jan./jun. 2000. Porto Alegre: FAPA, 2000. p. 25-35.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama de Itaqui - Cidades. IBGE *online*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/itaqui/panorama>> Acesso em: 08 de ago. 2019.
- LEI MUNICIPAL Nº 3.833, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011. Cria o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, cria o Fundo Municipal de Defesa e dá outras providências. Itaqui, RS, 29 dez. 2011.
- MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS). 2005.
- RIBEIRO, Rafael Winter Paisagem cultural e patrimônio – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007

RODRIGUES, Diana Cruz; SOBRINHO, Mario Vasconcellos; VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque. Formação de coalizão de defesa e atores chaves da política. Revista de Administração Pública, FGV-EBAPE, Rio de Janeiro, nov. - dez. 2020, p. 1711-1728.

SANTOS, Paulo Corrêa. Agenda 150: UM PASSEIO PELOS CARRILHÕES DO TEMPO PRETÉRITO ITAQUIENSE. Itaquí, NOVIGRAF, 1ª edição, 2008, p. 54, 62, 63.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SECCHI, Leonardo. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação e soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

SOARES, André Luís Ramos Soares; MINUZZI, João Davi Oliveira; MACIEL, Renata Baldin. Memória e história local como patrimônio. Mouseion, nº 10, jul-dez, 2011.

SOARES, André de Oliveira Ramos; SPIAZI, Daiane Tomato; OLIVEIRA, Fabiana de; DIAS, Guilherme. IN: Cadernos do CEON, Chapecó, Argos, 2007, nº 26, p.19-54.

9. ANEXOS

Apresentamos a seguir, uma parte deste trabalho que não foi utilizada no levantamento, mas que também nos ajudou a definir o problema ao qual dedicamos este relatório técnico, inclusive servindo de parâmetro para a paisagem cultural, pois os elementos abaixo encontram-se localizados no espaço delimitado como objeto de estudo.

IGREJA MATRIZ DE SÃO PATRÍCIO

Em pleno conflito farroupilha, no ano de 1837, a província de Itaquí ganha uma pequena igreja para os fiéis, construída de pedra e telhado de capim santa fé. No ano de 1864, o município já emancipado recebe recursos do intendente municipal, estancieiros e comerciantes para a construção, em estilo gótico, da Igreja Matriz São Patrício.

Na sua história que o nome de São Patrício teria sido dado por comerciantes ingleses, que aportavam pelo Rio Uruguai, e que deram o nome em homenagem ao padroeiro da Irlanda São Patrício. Onde o povo itaquicense acolheu com carinho e devoção, e se tornando também padroeiro do município. Fundada em 23 de dezembro de 1837, o primeiro Pároco de Itaquí foi o Padre José Cariolato de Souza Passos, nomeado em 1850.

TEATRO PREZEWODOWSKI

O famoso Teatro Prezewodowski, um dos três primeiros construídos no Brasil e talvez o único com plateia móvel. Movida por um mecanismo especial ela ficava ao nível do palco permitindo realização de festas e bailes. A pedra fundamental para a construção do Teatro foi lançada em 25 de março de 1883, por iniciativa do comerciante da época, Antônio Dias de Freitas Valle, sendo presidente da municipalidade o Tenente-coronel Manoel Pereira do Valle.

O Teatro é uma das referências históricas, não só em nosso município, mas em toda a América do Sul. Há relatos de que o terreno onde hoje se encontra o teatro foi comprado pelo Capitão- Tenente Estanislau Prezewodowski, comandante da Flotilha do Alto Uruguai. O povo de Itaquí rendeu-lhe tributo, homenageando com o nome a casa de espetáculo da fronteira.

O nosso teatro pertenceu à associação anônima Teatro Prezewodowski, construída em 31 de outubro de 1886, conforme Ata pulcada no jornal “O Conservatório” de Porto Alegre, em 22 de outubro de 1887. O estatuto da sociedade foi publicado no jornal “A Federação” de Porto Alegre, em 17 de março de 1903. Em 1942 o saudoso médico Itaquicense, Dr. Roque Degrazia comprou em

seu nome, para depois incorporar ao Patrimônio municipal o histórico teatro. A ATA de fundação do teatro tem o seguinte fecho:

“A Sociedade se sujeita à legislação estabelecida pelo código do comércio, Lei de 04 de novembro de 1882, Decreto de 30 de dezembro do mesmo ano e mais disposições referentes às sociedades anônimas”.
Cidade de São Patrício de Itaqui província de São Pedro do RS, em 23 de janeiro de 1886. Seguem várias assinaturas.

Em homenagem a Estanislau Prezewoodski, Capitão- Tenente da Imperial Armada Nacional comandou à flotilha de guerra Alto Uruguai, então sediada em Itaqui. O Capitão- Tenente Estanislau Prezewoodski, teve seu nome emprestado ao Teatro Itaqui em homenagem aos seus serviços prestados à comunidade. Durante muitos anos o teatro acolheu companhias líricas de renome internacional, que traçavam seu roteiro Rio- São Paulo- Porto Alegre – Buenos Aires- Montevideo, com escala obrigatória em Itaqui. Importantes companhias do teatro nacional, também ali apresentavam seus espetáculos teatrais.

Dentre os espetáculos em 26 de maio de 1925, o extinto cinema Primavera levava a tela o belíssimo filme da época, *“Entre o dinheiro e o amor”*, a poetisa Aracy Dantas de Gusmão apresentou um recital de declamação. Em 29 de abril de 1925 o teatro era arrendado à empresa David Leventhal, proprietária do cinema Primavera, que na época era o único cinema em nossa cidade. Em 1 de agosto de 1930, estreava em Itaqui, no palco do teatro, a companhia Brasileira de Operatas Artistas. Companhias vindas de Buenos Aires apresentavam-se no teatro, assim como grandes artistas brasileiros de várias épocas e estilos.

Deflagrada a 2º Guerra Mundial; as companhias de teatro não mais aportavam em Itaqui. O Teatro passou a ser utilizado para cinema, até a década de 1960. Para a arrematação do Teatro e a fim de evitar que o mesmo fosse esquecido para sempre. O médico Dr. Roque Degrazia, comprou em seu nome por trinta e dois mil cruzeiros para depois incorporar aquela casa de espetáculo ao patrimônio municipal. Os últimos governos do município providenciaram na sua total restauração, mantendo-se a arquitetura primitiva com elementos modernos.

PRAÇA MARECHAL DEODORO DA FONSECA

Na Praça Marechal Deodoro da Fonseca, é um ótimo lugar para os turistas que chegam no município visitarem. Praça está localizada no centro da cidade, onde existe ao seu redor a igreja matriz, a prefeitura, o teatro também muito apreciado pelos visitantes, os correios, a câmara de vereadores e lojas comerciais. A praça além de ser especificamente um espaço legítima de praça, compõem os monumentos que também é um atrativo a mais evidenciando a cultura histórica do município.

Monumento as Mães: Construído pelo escultor Acássio Carvalho natural da cidade de Uruguaiana-RS foi inaugurado em às onze horas do dia 9 de maio de 1970, o Lions Clube de Itaqui foi o responsável pelo monumento.

Monumento em homenagem à chama crioula: Este monumento é em homenagem ao grupo de estudantes, dentre eles estava o itaquiense Orlando Jorge Degrazia em 1847 liderado por João Carlos D'Ávila e João Paixão Cortez tomaram um cabo de vassoura a centelha da chama da pira da pátria no parque farroupilha carregando-a pelas ruas de Porto Alegre começando assim uma tradicional chama crioula.

Quiosque: Projetado pelos arquitetos Paulo Tito Mascarelo e Antônio Luís Mascarelo, o quiosque possui a forma de uma bota do tipo garrão de porco. Abriu durante anos como restaurante até que foi abandonado e no dia 6 de julho de 2012 foi reinaugurado como Conveniência e Café da Praça.

A vegetação da Praça: A vegetação é de grande importância para as cidades porque está relacionada a paisagem como uma melhora do ar, diminuição do aquecimento devido as áreas de concreto, melhor fluidez da água quanto das chuvas e por trazer e manter a fauna nas cidades. Então é de grande importância o cuidado e conservação das mesmas.

No município de Itaqui, mais precisamente na Praça Marechal Deodoro da Fonseca, existem árvores centenárias, árvores que podem ser atrativo turístico. Também encontramos na praça grande quantidade de composição florísticas, está apresenta 368 plantas, sendo 237 árvores de grande porte, 88 arbustos, 12 pinheiros, 30 palmeiras e 1 cacto. Foram identificadas 28 famílias botânicas sendo que fabacease foi a mais expressiva e as plantas exóticas se sobressaíram às nativas.

A praça é um dos cartões postais do município de Itaqui, além de todos os seus atrativos permanentes a praça também é um espaço de lazer onde as famílias se encontram levam seus filhos fazem roda de chimarrão. Na praça são feitos eventos como feiras, desfiles.

MONUMENTOS DA PRAÇA

Antônio Fernandes Lima: Foi o primeiro governante do município em 30 de março de 1859 quando foi criada a primeira câmara municipal durante a guerra do Paraguai o Tenente Coronel comandou um exército para impedir a invasão paraguaia do Tenente Coronel Antônio de La Cruz Estigarrilha em Itaqui infelizmente não tendo sucesso. Seu busto foi edificado primeiramente na própria praça central e após alguns anos foi levado ao quartel do 1º Regimento de

Cavalaria Mecanizada, 1º RCMec. Em 2015 devido ao centenário da invasão paraguaia o busto foi restaurado e edificado novamente na praça central.



Busto de Manoel Luís Osório: Natural da cidade de Osório do Sul foi General, político monarquista brasileiro e participou dos principais eventos militares no final do século XIX sendo herói da Guerra da Tríplice Aliança é o patrono da Arma de Cavalaria do exército brasileiro.



Busto de Getúlio Vargas: Natural da cidade de São Borja- RS, Getúlio Dorneles Vargas foi advogado político brasileiro, foi também presidente do Brasil por duas vezes em 1930 a 1945 e de 1951 a 1954 é considerado o pai dos povos por ter criado leis que beneficiaram a baixa renda.



Busto de Leonel Brizola: Natural da cidade de Carazinho- RS Leonel Moura Brizola foi Engenheiro Civil e político brasileiro foi o único político eleito pelo povo para governar dois estados diferentes em toda história do Brasil, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.



“Pira da Pátria: Em pedras trabalhadas foi construída pelo pedreiro e construtor Boltran Fernandes para a Semana da Pátria de 1944”. “Esta Pira foi construída por iniciativa do núcleo da liga de Defesa Nacional” Doação do Cel. Pedro Dinarte Pinto em 7-9-1943.



Busto de José Bonifácio de Andrada e Silva: O patriarca do Brasil o busto foi inaugurado em 7 de setembro de 1922 centenário da Independência do Brasil. Os habitantes de Itaqui colocavam como motivo do processo retardado na época a posição do custo em relação a igreja São Patrício de costas para a capela.



Busto de Tiradentes: José da Silva Xavier personagem símbolo da conspiração denominada Inconfidência Mineira.



Obelisco do Centenário de Itaqui: Em homenagem ao centenário de Itaqui em dezembro de 1958.

“A geração atual reverencia o passado e confia no futuro”
“El Pueblo de Alvear, ciudad de Itaqui em Su Centenário”.

Portanto, estes monumentos estão todos localizados no entorno da paisagem cultural escolhida como objeto de pesquisa deste relatório técnico. Tais monumentos e locais de visitação poderão estar dentro do roteiro de turismo cultural que se propõe enquanto alternativa de retomada da cultura material e imaterial itaquiense. Esses e os demais espaços que fazem parte do cotidiano, da história e do imaginário da população servem de subsídio para a fundamentação das propostas de organização junto ao poder público de estratégias e políticas públicas emancipação cultural do município.